

21/05/2013

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 99.798 SÃO PAULO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO COMO *HABEAS CORPUS* ORIGINÁRIO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. COMPETÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO POR PREVENÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. DENEGACÃO DA ORDEM.

1. Manifesta a impugnação da decisão, malgrado a ausência de pressuposto de admissibilidade do recurso ordinário em *habeas corpus*, não se deve, em homenagem à forma, negar conhecimento como pedido originário.

2. A homologação da desistência não constitui mero ato ordinatório, mas decisão judicial, que põe fim ao processo e gera prevenção na distribuição de novas ações ou recursos.

3. O artigo 71, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça indica que a prevenção é determinada pela distribuição, não havendo previsão de que se tenha que proferir decisões judiciais para se tornar preventivo.

4. Eventual nulidade decorrente da inobservância da competência penal pela prevenção é relativa, cabendo ao prejudicado alegá-la no primeiro momento processual oportuno, sob pena de preclusão, e demonstrar o prejuízo. Súmula 706 do STF.

5. Ordem denegada.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência da

**RHC 99798 / SP**

Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Relatora**. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

21/05/2013

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 99.798 SÃO PAULO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Recurso ordinário em *Habeas Corpus*, sem pedido de liminar, interposto por **Luiz Estevão de Oliveira Neto**, em face do que decidido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça no *Habeas Corpus* n. 87.132.

2. Rogério Marcolini, Jorge Leão e Bruno Giusto, advogados, impetraram *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, autuado sob o n. 87.132, em favor de José Eduardo Correia Teixeira Ferraz, apontando como autoridade coatora a Desembargadora Suzana Camargo que, na qualidade de Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, negou seguimento a recursos especial e extraordinário interpostos na Apelação Criminal n. 2000.61.81.001198-1.

Alegaram, em síntese, que a decisão de inadmissão dos recursos seria absolutamente nula, nos termos do artigo 564, inciso I, do Código de Processo Penal, bem como careceria de fundamentação, servindo-se de argumentos genéricos e contraditórios. Salientaram, ainda, que a autoridade coatora estaria impedida de atuar no feito, enquadrando-se no que previsto no artigo 252, inciso II, do Código de Processo Penal.

Pugnaram, liminarmente, pela “*suspensão do prazo para interposição dos respectivos agravos de instrumento – que teve início com a ciência da decisão*”

**RHC 99798 / SP**

*atacada pela publicação no Diário Oficial de 06.jul.07 –, até final julgamento da presente impetração” (fl. 21, Volume 1).*

Ao final, pela declaração de *“nulidade do despacho que, sem estar devidamente fundamentado, negou seguimento aos recursos interpostos pelo paciente, posto que proferido por magistrada impedida de exercer juízo prévio de admissibilidade na medida em que já funcionara anteriormente como julgadora na instância ordinária, determinando que outra decisão seja proferida por magistrado que não tenha anteriormente atuado no feito”* (fl. 21, Volume 1).

3. A impetração foi distribuída ao Ministro Hamilton Carvalhido por prevenção ao *Habeas Corpus* n. 36.592 (fl. 1.329, Volume 6).

4. Em 13.7.2007, a liminar foi deferida pelo então Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, constando da decisão:

*“O tema ativado neste habeas corpus – de que, participando o magistrado do julgamento da ação penal, não pode mais tarde, na condição de vice-presidente do tribunal local, emitir juízo de admissibilidade a respeito dos recursos especial e extraordinário – é controvertido, dependendo à luz da legislação infraconstitucional de saber qual a abrangência do conceito de instância no art. 252 do Código de Processo Penal, a seguir transcrito, em parte:*

*“Art. 252 – O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:*

*III – tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito, sobre a questão;”.*

*Há acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a aludida norma visa “evitar que o mesmo julgador aprecie por mais de uma vez, de direito ou de fato, a mesma questão” (HC nº 3.508-9, PB, rel. Min. Adhemar Maciel, DJ, 24.06.96) – incluída nessa política processual o juízo de admissibilidade.*

**RHC 99798 / SP**

*O precedente foi proferido no âmbito de um habeas corpus, o que dispensa – nesta sede preliminar – considerações a respeito do cabimento da impetração, necessárias em outras circunstâncias à vista de que há recursos próprios para atacar as decisões que se inquinam de ilegais.*

*Quid, se o pedido visa também a declaração de nulidade do ato que denegou seguimento ao recurso extraordinário, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para processar e julgar o recurso previsto para atacar essa decisão?*

*A princípio, à vista de que o fundamento da impetração tem suporte na legislação ordinária, o Superior Tribunal de Justiça deve decidir a respeito, para não tolher a garantia constitucional do habeas corpus.*

*Salvo melhor juízo, o que foi dito é suficiente para deferir a medida liminar para sustar os efeitos das decisões que negaram seguimento aos recursos especial e extraordinário, desde a data das respectivas publicações até o julgamento deste habeas corpus, com a seguinte explicitação: a de que, na hipótese de eventual denegação, o Paciente terá renovado o prazo para a interposição dos recursos cível e criminal próprios para atacar a decisão sub judice.” (fls. 1.330/1.331, Volume 6)*

5. O Recorrente, corréu na ação penal suspensa, formulou pedido de extensão dos efeitos da liminar (fls. 1.379/1.395, Volume 6), o que foi deferido (fl. 1.379, Volume 6).

6. Em 17.3.2008, os autos foram encaminhados pelo Ministro Hamilton Carvalhido à Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG) para análise “de possível ocorrência de prevenção (HHCC n 87.132/SP e 57.789/SP)” (fl. 1.536, Volume 6).

7. Reconhecida a prevenção pela Ministra Jane Silva em decisão monocrática (fl. 1.539, Volume 7), interpôs-se agravo regimental (fls. 1.552/1.557, Volume 7), decidido em acórdão assim ementado:

**RHC 99798 / SP**

*“AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE ACOLHE PREVENÇÃO LEVANTADA POR OUTRO MINISTRO. HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA. ATO JURISDICIONAL. DISTRIBUIÇÃO. CRITÉRIO DE PREVENÇÃO. INCOMPETÊNCIA ARGÜIDA. PRECLUSÃO DO PEDIDO EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA RELATIVA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*A homologação de desistência pedida no primeiro habeas corpus interposto quanto aos fatos da ação penal sob exame é decisão jurisdicional que põe fim ao processo, e capaz de gerar a prevenção no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.*

*Conforme dispõe o artigo 71, caput, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, “a distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus e do recurso torna preventiva a competência do relator para todos os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução referentes ao mesmo processo”, não sendo necessário outro critério além da distribuição, tomada em si mesma.*

*Nos termos do artigo 71, §4º, do RISTJ, “a prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser argüida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento”.*

*Recurso a que se nega provimento.” (fl. 1.580, Volume 7)*

**8. Interpostos embargos de declaração (fls. 1.590/1.591, Volume 7), foram rejeitados:**

*“PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS CONHECIDOS, MAS NÃO ACOLHIDOS.*

*1. Inexiste omissão no acórdão que aborda todos os pleitos formulados pela parte no agravo regimental.*

*2. Embargos rejeitados.” (fl. 1.598, Volume 7).*

**9. Interposto recurso extraordinário para reconhecimento do alegado**

**RHC 99798 / SP**

equivoco na redistribuição do *habeas corpus* à Ministra Jane Silva (fls. 1.615/1.625, Volume 7), foi o recurso inadmitido (fls. 1.647/1.652, Volume 7).

**10.** No julgamento da impetração, assentou a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça:

*“PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – ESTELIONATO MAJORADO – FORMAÇÃO DE QUADRILHA – USO DE DOCUMENTO FALSO – PECULATO – CORRUPÇÃO ATIVA MAJORADA – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL – INADMISSÃO – DECISÃO PROLATADA PELA DESEMBARGADORA RELATORA DA APELAÇÃO QUANDO DE SUA ASCENSÃO À VICE-PRESIDÊNCIA DA CORTE DE 2º GRAU – IMPEDIMENTO – INEXISTÊNCIA – HIPÓTESES TAXATIVAMENTE PREVISTAS EM LEI – AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO DO MÉRITO DA DECISÃO RECORRIDA, MAS APENAS DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS – AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE – AGRAVOS DE INSTRUMENTO PARA AS CORTES COMPETENTES QUE SE MOSTRAM COMO A VIA ADEQUADA PARA O ATAQUE DO DECISUM EM APREÇO – ORDEM DENEGADA, CASSANDO-SE A LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA.*

*I. As hipóteses de impedimento do Magistrado previstas no artigo 252 do Código de Processo Penal são taxativas, não admitindo interpretação ampliativa. Precedente.*

*II. Nada obsta que o Desembargador Relator do recurso de apelação exerça, após assumir a Presidência (ou a Vice-Presidência, conforme o caso) do Tribunal de 2º Grau, o juízo de admissibilidade dos recursos de índole extraordinária interpostos contra o acórdão por ele próprio Relatado. Precedente.*

*III. Nessa hipótese, não há que se falar em impedimento, pois a vedação do inciso III do mencionado dispositivo legal é de atuação do mesmo Magistrado no mesmo processo, mas em Instâncias diferentes,*

**RHC 99798 / SP**

*além de que, no juízo de admissibilidade dos recursos, não se aprecia o mérito (acerto ou desacerto) do aresto recorrido, mas tão-somente os requisitos legais previstos para o recebimento dos recursos.*

*IV. Por outro lado, a via adequada para a discussão a respeito do mérito da decisão que não-admite os recursos extraordinário e especial é o agravo de instrumento dirigido às Cortes competentes, não sendo o habeas corpus, nesse ponto, idôneo para tanto, eis que, nesse aspecto, a apreciação da quaestio extrapolaria seus estreitos limites. Precedentes.*

*VII. Ordem denegada, cassando-se a liminar anteriormente deferida.” (fls. 1.673/1.674, Volume 7)*

**11.** No presente recurso ordinário em *habeas corpus* (fls. 1.689/1.715, Volume 7), pretende o Recorrente o reconhecimento da ofensa ao princípio do juiz natural pela redistribuição do *writ* à Ministra Jane Silva.

Salienta, inicialmente, o atendimento dos requisitos de admissibilidade do recurso, seja quanto à legitimidade, à pertinência e ao interesse, seja quanto à tempestividade.

No mérito, assenta que teria havido “*manifesta e direta transgressão ao princípio do juiz natural, afetando de forma incontroversa as regras de competência delineadas no texto constitucional para que se evite qualquer espécie de direcionamento na distribuição de processos judiciais*” (fl. 1.697, Volume 7).

Informa que “*a impetração foi distribuída ao Ministro Hamilton Carvalhido em 10.jul.07, por prevenção ao processo n. 2004/0094683-5 (HC 36592 da Sexta Turma desse egrégio Tribunal)*” (fl. 1.700, Volume 7).

Em que pese a pretensa prevenção antes firmada, “*os autos foram remetidos à Ministra Jane Silva com consulta*” (fl. 1.700, Volume 7), tendo sido determinada a redistribuição.

Assevera que “*o em. Ministro Carvalhido seria de fato o relator para o*



**RHC 99798 / SP**

*habeas corpus n. 87.132, vez que, anteriormente, foi voto vencedor em outra ação mandamental proveniente da mesma ação penal” relativa à presente impetração (fl. 1.701, Volume 7).*

Sustenta que a “primeira medida submetida a essa Corte foi o HC 13.373, distribuído automaticamente em 14.jun.00 ao Ministro Fernando Gonçalves, então integrante da E. Sexta Turma, com indicação de processos de origem n. 20000300104800 e 9961810006361” (fl. 1.701, Volume 7); não teria se firmado a competência pela prevenção, no caso, “pois não houve sequer exame de pedido liminar nem julgamento, tendo o Ministro Fernando Gonçalves se limitado a pedir informações à autoridade coatora em 15.jun.00 e homologar pedido de desistência em 07.ago.00, com despacho publicado em 15.ago.00” (fls. 1.701/1.702, Volume 7); “em 1º.set.00, já após a publicação do despacho de homologação da desistência do HC 13.373, foi impetrado outro habeas corpus tombado sob o número 14.270” (fl. 1.702, Volume 7); conquanto não tenha sido firmada a competência pela prevenção, o HC 14.270 foi distribuído ao Ministro Fernando Gonçalves; o mesmo ocorreu com “medidas subseqüentes impetradas contra decisões proferidas em processos conexos (HC 15.850 e HC 16.337)” (fl. 1.702, Volume 7); em “sessão realizada em 20.mar.01, o pedido liminar formulado no HC 16.337 foi submetido a julgamento perante a E. 6ª Turma, restando vencido o em. Ministro Fernando Gonçalves, tendo sido vencedor o Ministro Hamilton Carvalhido, condutor do voto vencedor” denegatório da ordem (fl. 1.702, Volume 7); impetrações subseqüentes foram “distribuídas à relatoria do Ministro Hamilton Carvalhido (HC 17.804, em 09.ago.01; HC 18.166, em 10.ago.01; HC 18.206, em 14.ago.01), na forma do disposto no artigo 71, §2º, do Regimento Interno desse Superior Tribunal de Justiça” (fl. 1.702, Volume 7); “em 20.ago.01, o Ministro Hamilton Carvalhido proferiu despacho nos autos do HC 17.804 negando a prevenção”, da mesma forma nos HC’s 18.166 e 18.206 (fl. 1.702, Volume 7); “as três impetrações acabaram sendo redistribuídas ao Ministro Fernando Gonçalves” (fl. 1.703, Volume 7); em consequência, “medidas posteriores voltaram a ser distribuídas ao Ministro Fernando Gonçalves”, notadamente o HC 19.315 pela prevenção ao HC 17.804 e o Resp 427.458 pela prevenção

**RHC 99798 / SP**

ao HC 14.270 (fl. 1.703, Volume 7); em 6.6.2003, *“os processos do Ministro Fernando Gonçalves, que deixara a Sexta Turma, foram redistribuídos ao Ministro Paulo Medina”* (fl. 1.703, Volume 7); outros processos também foram distribuídos ao Ministro Paulo Medina pela prevenção, quais sejam, o Ag 574.606, o HC 43.074, o HC 49.425 e o HC 57.789; não obstante clara conexão foi distribuído ao Ministro Hamilton Carvalhido o HC 36.592, submetido *“a julgamento da Sexta Turma em 17.maio.05 e 24.abr.07”* (fl. 1.704, Volume 7); o HC 49.425, *“quando da edição do Ato n. 05 da Presidência do STJ, de 03.maio.07 (que suspendeu a distribuição de processos ao Sr. Ministro Paulo Medina a partir de 04.maio.07 e determinou a redistribuição daqueles feitos a seu cargo de natureza urgente), foi redistribuída ao Ministro Hamilton Carvalhido em 17.maio.07”* pela prevenção ao HC 36.592 (fl. 1.704, Volume 7).

Conclui que o Ministro Hamilton Carvalhido seria o competente para a relatoria da presente impetração, a uma porque condutor do voto vencedor na apreciação da liminar no HC 16.337, a duas porque *“aceitou a prevenção para o processo e julgamento do HC 36592, não havendo razão para o afastamento da prevenção apontada quando da distribuição”* (fl. 1.704, Volume 7) deste writ.

**12.** Requer que se *“dê provimento ao presente recurso, reconhecendo o equívoco na redistribuição por prevenção do HC 87.132/SP à Ministra Jane Silva, determinando a entrega do feito ao juiz natural da causa”* (fl. 1.715, Volume 7).

**13.** O Ministério Público ofereceu contrarrazões, pugnando pelo não provimento do recurso (fls. 1.720/1.723, Volume 7).

**14.** Opina a Procuradoria-Geral da República pelo não conhecimento do recurso e, se conhecido como *habeas corpus*, pela denegação da ordem (fls. 1.741/1.753, Volume 7).

**RHC 99798 / SP**

É o relatório.

21/05/2013

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 99.798 SÃO PAULO

**V O T O**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Analiso, inicialmente, a preliminar de não conhecimento do recurso arguida no parecer da Procuradoria-Geral da República (fls. 1.741/1.753, Volume 7).

Observa-se, no parecer, que o presente recurso ordinário em habeas corpus, *“interposto em 26 de novembro de 2008 pela defesa de Luiz Estevão de Oliveira Neto (f. 1.689) e juntado aos autos em 06 de janeiro deste ano (f. 1.688), combate os acórdãos que negaram provimento a agravo regimental e a embargos de declaração, aviados sucessivamente contra incidente relativo à prevenção de membros da 6ª Turma do STJ para relatar o HC 87.132/SP”* (fl. 1.745, Volume 7).

Ressalta a Procuradoria-Geral da República que *“o recurso em apreço foi interposto cerca de 3 meses e 21 dias após a publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração, sem que sequer tivesse havido o julgamento de mérito do writ, o que se deu em 18 de dezembro, quando denegada a ordem”* (fl. 1.745, Volume 7).

Reputa *“incorreta a interposição de recurso em habeas corpus contra embargos de declaração no agravo regimental, (...) em que examinada questão incidental do processo, já que cabível tal apelo, nos moldes do art. 102, inciso II, alínea a, da Constituição Federal, apenas contra decisão de natureza definitiva ou ainda, conforme a jurisprudência, terminativa”* (fl. 1.745, Volume 7).

Arremata dizendo que *“optou o recorrente pela via eleita, muito provavelmente, na expectativa de ver o recurso conhecido como habeas corpus, especialmente em face de sua intempestividade”* (fl. 1.747, Volume 7).

**RHC 99798 / SP**

2. O presente recurso ordinário foi apresentado em 28.11.2008 (fl. 1.689, Volume 7).

O julgamento de mérito do *Habeas Corpus* n. 87.132 pelo Superior Tribunal de Justiça ocorreu em 18.12.2008 (fl. 1.672, Volume 7).

O recurso volta-se contra decisão relativa à competência para conhecimento da impetração, tendo sido o acórdão dos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 87.132, em que assentada a competência da Ministra Jane Silva para relatoria do *writ*, publicado em 4.8.2008 (fl. 1.599, Volume 7).

3. Patente intempestividade, superado o prazo do artigo 30 da Lei n. 8.038/90, aplicável subsidiariamente ao caso, o meio utilizado é manifestamente inadequado.

O recurso ordinário em *habeas corpus* somente é cabível contra decisão de natureza definitiva ou terminativa, o que não é o caso dos autos.

A decisão questionada, relativa à definição da competência da relatoria do *Habeas Corpus* n. 87.132, tem natureza incidental.

Conforme exposto pela Procuradoria-Geral da República, “*trata-se de evidente equívoco da defesa, que deveria ter-se valido, quando muito, de recurso extraordinário retido (art. 542, § 3º, do CPC) para atacar a suposta ofensa ao princípio do juiz natural*” (fl. 1.746, Volume 7).

4. Não obstante a ausência de pressupostos de admissibilidade recursal, conhece-se do recurso como *habeas corpus*.

Conforme ressaltou a Primeira Turma deste Supremo Tribunal no

**RHC 99798 / SP**

julgamento do primeiro Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* n. 87.304, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 1º.9.2006, uma vez “*manifesta a impugnação à decisão denegatória, malgrado por meio de recurso intempestivo, não se deve, em homenagem à forma, negar conhecimento como pedido originário, pois o único efeito seria obrigar o impetrante a um ocioso esforço de extração de peças dos autos para instruir impetração idêntica ao recurso não conhecido*”.

Também reconhecendo essa possibilidade, pode-se mencionar, entre outros, o julgamento dos Recursos Ordinários em *Habeas Corpus* 88.542, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 30.6.2006; 88.346, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ 8.8.2006; e 83.491, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ 6.2.2004.

Pelo exposto, voto no sentido de se conhecer do presente recurso ordinário como *habeas corpus*.

5. No mérito, tenho que a ordem deve ser denegada.

6. No julgamento do Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 87.132, assentou a Relatora Ministra Jane Silva:

*“Analisei detidamente os argumentos do agravante e concluí que não lhe assiste razão.*

*Conforme ele mesmo admitiu, o HC 13.373 (números de origem 20000300104800 e 9961810006361), ao que parece o primeiro feito a adentrar nesta Casa para tratar dos fatos envolvendo os crimes contra o sistema financeiro nacional destes autos, foi distribuído ao Ministro Fernando Gonçalves em 14 de junho de 2000 (f. 1326).*

*Assim dispõe o artigo 71, caput, do RISTJ:*

*A distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus e do*

*recurso torna preventa a competência do relator para todos*

**RHC 99798 / SP**

*os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução referentes ao mesmo processo; e a distribuição do inquérito e da sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal. (Redação de acordo com a Emenda Regimental n.º 7)*

*Entendo que a competência por prevenção deve resultar da análise conjunta do que dispõe o Regimento Interno e de elementos constantes dos autos. Sob esta ótica, os fatos ensejadores da propositura do processo criminal 2000.61.81.001198-1 são os mesmos daquela primeira ação constitucional, que guarda com este feito a mesma natureza e origem processual.*

*Diz o agravante, no entanto, que o Ministro Fernando Gonçalves não tomou nenhuma decisão jurisdicional no HC 13.373 que pudesse torná-lo preventivo para os recursos posteriores, apenas homologou pedido de desistência. Tal assertiva é equivocada, pois a homologação daquele pedido não foi um mero despacho de caráter administrativo, como o seria a concessão de prazo ou o deferimento de diligências, mas constituiu efetivamente uma decisão jurisdicional, que deu fim ao processo criminal, ou seja, uma decisão cuja natureza é terminativa. Portanto, penso que o Ministro Fernando Gonçalves antecedeu aos demais ministros deste Superior Tribunal de Justiça.*

*Ainda que assim não fosse, é de se notar que o mencionado artigo 71, caput, do RISTJ, diz, apenas, que “a distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus e do recurso torna preventiva a competência do relator para todos os recursos posteriores”, não havendo nenhum outro critério, ou seja, não está especificado que o relator deva proferir decisões jurisdicionais para se tornar preventivo. Basta que lhe seja distribuído o feito. Este aspecto guarda coerência com os precedentes deste Tribunal no sentido de que a competência por prevenção é relativa e, caso não seja observada, não enseja nulidade. Confira-se:*

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO  
DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE NO ÂMBITO DA**

**RHC 99798 / SP**

PRIMEIRA SEÇÃO, CUJO JULGAMENTO FOI PROFERIDO SEM TER SIDO OBSERVADA A COMPETÊNCIA, POR PREVENÇÃO, DO RELATOR INTEGRANTE DA OUTRA TURMA QUE COMPÕE A MESMA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO, A QUEM COUBE A ANTERIOR DISTRIBUIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA MESMA PARTE, EM CAUSA CONEXA. COMPETÊNCIA RELATIVA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. *Através de petição protocolada no dia 7 de dezembro de 2006, a empresa agravante pleiteou a anulação da decisão, desta Relatora, que desproveu o agravo de instrumento.*

2. *Conforme consta do despacho denegatório dessa petição, a agravante relata que, depois de finda a discussão administrativa acerca do crédito tributário controvertido neste feito, ela ajuizou ação anulatória de débito fiscal em face da União, sendo que, no âmbito da mencionada ação, encontra-se pendente de julgamento, nesta Corte Superior, agravo de instrumento distribuído ao Ministro Humberto Martins (Ag 792.085/MG). Também afirma que, por não ter sido realizado o depósito em dinheiro no valor integral da dívida, a União ajuizou duas execuções fiscais; no entanto, após o ajuizamento dos respectivos embargos de devedor, tais causas tiveram processamento comum nas instâncias ordinárias. Alega, ainda, que, somente depois de proferido o julgamento que se pretende anular, ela teria tomado conhecimento de que a reunião dos processos não se fez observar da mesma forma neste Tribunal, uma vez que foi distribuído ao Ministro João Otávio de Noronha o Ag 788.764/MG (convertido no Resp 886.637/MG), anteriormente à distribuição a esta Relatora e ao Ministro Humberto Martins dos demais feitos conexos.*

3. *O presente agravo de instrumento foi distribuído automaticamente no âmbito da Primeira Seção, sem ter sido observada a competência, por prevenção, do Ministro João Otávio de Noronha, a quem coube a anterior distribuição de outro agravo de instrumento interposto pela mesma parte, em*



**RHC 99798 / SP**

*causa conexa. Ocorre que a competência do relator para todos os recursos posteriores em face da prevenção (art. 71, caput, do RISTJ) é relativa e, quando não-observada, não acarreta a nulidade da decisão proferida por outro relator. Ademais, “a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado” (Súmula 235/STJ).*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no Ag 793.473/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27.03.2007, DJ 03.05.2007 p. 221)*

*De qualquer forma, se por hipótese o agravante estivesse certo em dizer que a referida homologação de desistência no HC 13.373 não podia ter gerado as distribuições subseqüentes, e que o HC 14.270 (números de origem 0003000205501, 0061810011981 e 9961810006361) foi equivocadamente atribuído ao Ministro Fernando Gonçalves em razão de sua suposta conexão ao primeiro habeas corpus, ainda assim a questão estaria resolvida por dois motivos. Primeiramente, sendo a prevenção relativa neste Sodalício, não resultou em nenhum prejuízo à parte o envio dos autos àquele Ministro. Em segundo lugar, a matéria há algum tempo está preclusa, haja vista o disposto no artigo 71, §4º, do RISTJ: “a prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser argüida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento”. Ou seja, se algum erro ocorreu por ocasião da distribuição daquele habeas corpus, nada mais há que se fazer ou alegar. Neste sentido:*

*PROCESSO CIVIL. PREVENÇÃO. A competência no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é relativa; distribuído o agravo de instrumento, eventual prevenção não observada deve ser suscitada antes da decisão do relator. Embargos de declaração acolhidos.*

*(EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no Ag 627.276/GO, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16.03.2006, DJ 30.04.2007 p. 309)*

**RHC 99798 / SP**

*Determina, ainda, o artigo 71, §1º, do RISTJ, que “se o relator deixar o Tribunal ou transferir-se de Seção, a prevenção será do órgão julgador”. Desse modo, com a saída do Ministro Francisco Gonçalves da Sexta Turma, seus feitos passaram a integrar o acervo do Ministro Paulo Medina, integrante daquela Turma. Este evento não é isolado neste Tribunal:*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA. TRANSFERÊNCIA DE MINISTRO PARA SEGUNDA SEÇÃO. PREVENÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR. ENTENDIMENTO DO ART. 71, § 1º, RISTJ. INAPLICABILIDADE DO ART. 72 DO RISTJ.*

*1. Diante da transferência do Ministro Hélio Quaglia Barbosa para a Segunda Seção desta Corte, deve ser aplicada a regra do parágrafo primeiro do artigo 71 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Tendo em conta que já houve uma distribuição aleatória entre os componentes da Sexta Turma, desnecessário repetir o procedimento.*

*Tampouco há de se aplicar o disposto no artigo 72, que regula apenas os casos de afastamento de Ministro, situação diversa da destes autos.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no Ag 740.941/GO, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 10.10.2006, DJ 26.03.2007 p. 312)*

*O fato de o Ministro Hamilton Carvalhido ter recebido e julgado habeas corpus anteriormente distribuídos ao Ministro Paulo Medina em nada altera a circunstância de que a prevenção original desta ação penal teve início com o Ministro Fernando Gonçalves, porque, repita-se, a prevenção neste Tribunal é relativa.*

*O mesmo raciocínio se aplica ao julgamento dos feitos distribuídos após o HC 16.337, em que ficou vencedor o Ministro Hamilton Carvalhido, pois a questão não foi argüida tempestivamente naqueles processos.*

**RHC 99798 / SP**

*Portanto, como este habeas corpus relativo ao processo crime 2000.61.81.001198-1 guarda estreito vínculo com o HC 13.373, correta estava a proposta de prevenção suscitada pelo Ministro Hamilton Carvalhido, a qual, afinal, foi por mim aceita, pois, na condição de Desembargadora Convocada para atuar neste Superior Tribunal de Justiça, devo receber os feitos originariamente atribuíveis ao Ministro Paulo Medina, a quem substituo temporariamente.” (fls. 1.574/1.578, Volume 7)*

**7. Tratando da distribuição pela prevenção de mandado de segurança, habeas corpus e recursos em geral, dispõem os artigos 71 e 72 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça:**

*“Art. 71. A distribuição do mandado de segurança, do habeas corpus e do recurso torna preventiva a competência do relator para todos os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução referentes ao mesmo processo; e a distribuição do inquérito e da sindicância, bem como a realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a da ação penal. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 7, de 2004)*

*§ 1º Se o relator deixar o Tribunal ou transferir-se de Seção, a prevenção será do órgão julgador.*

*§ 2º Vencido o relator, a prevenção referir-se-á ao Ministro designado para lavrar o acórdão.*

*§ 3º Se o recurso tiver subido por decisão do relator no agravo de instrumento, ser-lhe-á distribuído ou ao seu sucessor.*

*§ 4º A prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento.*

*Art. 72. Nos casos de afastamento de Ministro, proceder-se-á da seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 1, de 1991)*

*I - se o afastamento for por prazo não superior a trinta dias, serão*

**RHC 99798 / SP**

*redistribuídos, com oportuna compensação, os processos considerados de natureza urgente. A redistribuição será feita entre os integrantes do órgão julgador do respectivo processo; (Incluído pela Emenda Regimental n. 1, de 1991)*

*II - se o afastamento for por prazo superior a trinta dias e não for convocado substituto, será suspensa a distribuição ao Ministro afastado e os processos a seu cargo, considerados de natureza urgente, serão redistribuídos, com oportuna compensação, aos demais integrantes da respectiva Seção, ou, se for o caso, da Corte Especial; (Incluído pela Emenda Regimental n. 1, de 1991)*

*III - se o afastamento for por prazo superior a trinta dias e for convocado substituto, não haverá redistribuição, e o substituto receberá os processos que lhe forem distribuídos e os do substituído; nesta última hipótese, renova-se, se for caso, o pedido de data para o julgamento ou o relatório. (Incluído pela Emenda Regimental n. 1, de 1991)”*

8. É incontroverso que a primeira medida submetida ao Superior Tribunal de Justiça relativa ao mesmo contexto fático subjacente à presente impetração foi o *Habeas Corpus* n. 13.373, distribuído, em 14.6.2000, ao Ministro Fernando Gonçalves, então integrante da Sexta Turma.

Antes da análise de liminar ou julgamento do *writ*, desistiu-se da impetração, tendo sido a desistência devidamente homologada pelo Ministro Relator.

9. Diz-se que a homologação da desistência não seria apta ao reconhecimento da prevenção do Ministro Fernando Gonçalves para medidas posteriores.

No entanto, é de se ver que a homologação da desistência não constitui mero ato ordinatório, como o seria a concessão de prazo ou o deferimento de diligências, mas decisão judicial que põe fim ao processo. É decisão de natureza terminativa, que leva à prevenção.

**RHC 99798 / SP**

10. Ademais, o art. 71, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça indica que a prevenção é determinada pela distribuição. Não há previsão de que se tenha de proferir decisões judiciais para se tornar preventivo.

11. Por fim, registre-se que, conforme a Súmula 706 deste Supremo Tribunal, eventual nulidade decorrente da inobservância da competência penal pela prevenção, como a alegada no caso, seria relativa.

Caberia, assim, ao pretense prejudicado alegá-la no primeiro momento processual oportuno, sob pena de preclusão, e demonstrar o prejuízo, o que não foi feito no caso.

Não se insurgindo de plano o prejudicado contra o pretense ato abusivo e nem demonstrando que tenha sofrido efetivo prejuízo resultante diretamente do encaminhamento dos autos a Ministro diverso daquele que estaria efetivamente preventivo para relatoria da ação, a denegação da ordem, também por isso, é medida que se impõe.

Nesse sentido, dentre outros, o RHC 106.728, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe 30.8.2011; o HC 107.040, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 6.5.2011; e o HC 93.163, Relator o Ministro Eros Grau, DJe 15.08.2008.

12. Nos termos do parecer da Procuradoria-Geral da República, *“não há que se falar em ofensa ao princípio do juiz natural. Não há que se falar sequer na ocorrência de nulidade relativa, quanto mais de nulidade absoluta, a ponto de redundar na invalidação do processo”* (fl. 1.750, Volume 7).

13. Pelo exposto, **encaminho a votação no sentido de denegar a ordem.**



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 99.798**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S) : LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO

ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 21.05.2013.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária Substituta